

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

A COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGAS, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentável, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado – com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada através da BRASILIAGÁS S.A., e da PETROBRAS GÁS S.A., a GASPETRO, o governo distrital, através da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, deu o passo definitivo na viabilização do suprimento de um energético diferenciado para o Distrito Federal.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões atinentes à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2012, com os agentes do setor no país, através da mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS, inclusive o Governo do Distrito Federal – GDF, os quais têm feito gestões junto ao Ministério de Minas e Energia – MME no sentido de buscar apoio para a construção de um gasoduto de transporte a partir do Gasoduto Bolívia Brasil – GASBOL e chegando até Brasília.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada

entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia – SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito – GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol Álcool, além do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (Gás de Cozinha), e, ainda, do Óleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

GASODUTO DE TRANSPORTE

A CEBGAS continuou em 2012 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cujo objetivo é prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Essa é uma alternativa importante para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, através da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

ACÕES DE DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS - 2012

No ano de 2011 a CEBGAS aprovou o seu primeiro plano estratégico – horizonte 2015, cuja visão de futuro é “ser a referência na prestação de serviços de gás canalizado no Distrito Federal”.

A CEBGAS definiu como direcionador estratégico a expansão da oferta de gás natural no Distrito Federal, de forma a garantir, como benefícios, uma maior segurança no uso de combustíveis, a melhoria da qualidade do meio ambiente e o conforto do serviço de gás canalizado.

Em 2012 o plano estratégico foi complementado com a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do Plano de Negócios 2013-2015 onde estão destacados, os mercados foco,

o modelo de logística, os recursos necessários, os riscos envolvidos e as ações que serão desenvolvidas para que as metas do período sejam alcançadas.

O atendimento à meta de crescimento do mercado do gás natural para 2012, foi impactado pela impossibilidade legal à ocupação de espaços públicos para instalação de centrais de gás natural, que são os pontos de distribuição do combustível. O fato se deveu à ainda não regulamentação do artigo 5º da Lei Complementar nº 755/2008, cujo projeto de Decreto se encontra em processo de promulgação pelo GDF.

Com impossibilidade de ampliar seus pontos de distribuição de gás natural, em 2012 houve uma redução de 24% do volume de gás natural canalizado para o segmento veicular em comparação com o exercício de 2011. Ademais, as ações planejadas para comercializar gás natural para o segmento industrial, não puderam ser implementadas.

Como consequência da queda do volume comercializado, houve uma redução de 20% da receita bruta da empresa em comparação com o exercício anterior, impactando fortemente no resultado líquido da empresa.

PERSPECTIVAS 2013

A meta da gestão da Companhia para 2013 é cumprir o objetivo aprovado pelo Conselho de Administração no Plano de Negócio 2013-2015 de alcançar um volume médio anual diário de 11.000 m³. Convém ressaltar que para alcançar esta meta a CEBGAS pretende diversificar a sua abordagem ao mercado do Distrito Federal, o que dependerá da regulamentação do art. 5º da Lei Complementar nº 755, no que se refere à liberação de concessões de uso de terrenos necessários para a instalação das centrais de gás natural.

Brasília, 21 de março de 2013.

BALANÇO PATRIMÔNIO LIQUIDO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	782	851
Contas a receber	5, 15	178	161
Estoques	6	85	42
Impostos a recuperar	7	5	26
Total do ativo circulante		1.050	1.080
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	7	18	-
Imobilizado	8	18	27
Diferido	9	1.367	1.629
Intangível	10	129	56
Total do ativo não circulante		1.532	1.712
TOTAL DO ATIVO		2.582	2.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO CIRCULANTE	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	11	500	277
Salários, provisões e contribuições sociais		29	17
Impostos a recolher	12	53	60
Outras obrigações a pagar		4	5
Total do passivo circulante		586	359
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Capital social	13	4.471	4.471
Prejuízos acumulados		(2.475)	(2.038)
Total do patrimônio líquido		1.996	2.433
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		2.582	2.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Subscrito	Capital social a integralizar	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			5.100	(829)	4.271	(1.761)
Integralização de capital social	13	-	200	200	-	200
Prejuízo do exercício		-	-	-	(277)	(277)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			5.100	(629)	4.471	(2.038)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(437)	(437)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			5.100	(629)	4.471	(2.475)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGAS (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados como normas brasileiras de contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, esses são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

3.2. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

3.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Diferido

De acordo com a Medida Provisória nº 449 emitida em 3 de dezembro de 2008 e convertida na Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes a manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008, que serão amortizados em 10 anos pelo método linear, a partir do início das operações.

3.5. Intangível

Compreende o direito de uso da infra estrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aprovadas pelas disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nºs 1.003/2010, 1.261/09 e 1.318/10 que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, a ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão e a OCP 05 – Contrato de Concessão.

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 do OCP 05 – Contratos de Concessão.

3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeriam o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

3.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situam-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situam-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.9. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e bancos		31/12/12	31/12/11
Aplicações financeiras		214	212
Total		568	639
		782	851

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/12	31/12/11
Petrobras Distribuidora S.A.	178	161

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

6. ESTOQUES

	31/12/12	31/12/11
Gás natural liquefeito – GNL	85	42

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/12	31/12/11
IRRF a compensar	23	26
Total	23	26
Circulante	5	26
Não circulante	18	-

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%	10%	
Custo corrigido						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13	64	66	30	18	191
Adições	-	-	6	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13	64	72	30	18	197

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	(10)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(2)	(7)
Adições	(12)	(60)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(12)	(60)

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	3	11
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7	5
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1	4

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	31/12/12	31/12/11
Depreciação acumulada	1	4
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11	2
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2	18

	2012	2011
11. FORNECEDORES		
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	425	272
Outros	75	5
Total	500	277

	31/12/12	31/12/11
ICMS a recolher	45	52
IRRF a recolher	2	2
PIS a recolher	1	1
COFINS a recolher	4	5
Outros	1	-
Total	53	60

	2012	2011
13. PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital social		
O capital subscrito é de R\$ 5.100 (2011, R\$ 5.100) e o capital integralizado é de R\$ 4.471 (2011, R\$ 4.471), representado por 180.000 (2011, 180.000) ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra, conforme demonstrado a seguir:		

	2012	2011
Ações ordinárias		
Companhia Energética de Brasília – CEB	867	760
BRASILIAGÁS S.A.	476	417
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	357	313
Total das ações ordinárias	1.700	1.490
Ações preferenciais		
BRASILIAGÁS S.A.	2.125	1.863
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	1.275	1.118
Total das ações preferenciais	3.400	2.981
Total das ações	5.100	4.471

	Nota explicativa	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA	14	5.008	6.251
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(4.565)	(5.770)
LUCRO BRUTO		443	481
DESPESAS			
Gerais e administrativas	16	(887)	(788)
Remuneração de administradores	16	(35)	(32)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(479)	(339)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	42	62
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(437)	(277)

	2012	2011
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(437)	(277)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(437)	(277)

	2012	2011
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(437)	(277)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(437)	(277)



COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

CNPJ 04.363.670/0001-23

DIRETORIA

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO
Diretor Administrativo e Financeiro

HEDEN CRUZ
Diretor Técnico e Comercial

CONTADORA

Leuridia Aleixo da Silva
CRC 018356/O2-PE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubem Fonseca Filho

José Carlos de Salles Garcez

Mauro Martinelli Pereira

Francisca Niedja Alves de Albuquerque Taboada

Germano Sampaio de Lucena

CONSELHO FISCAL

Humberto Riella Sobrinho

Monica Luisa de Carvalho

Sandro Alex Rodrigues Dias

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2012, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 2.582 mil (dois milhões,

quinhentos e oitenta e dois mil) e Prejuízo do Exercício de R\$ 437 mil (quatrocentos e trinta e sete mil). Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda, datado de 18 de janeiro de 2013, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias

a serem submetidas à discussão e votação na Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para a lavratura desta Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho Fiscal da CEBGAS presentes à reunião.

Brasília, 21 de março de 2013.

Sandro Alex Rodrigues Dias

Humberto Riella Sobrinho

Mônica Luisa de Carvalho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações

financeiras onde é informado que a Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007. Atualmente, a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir tornar suas atividades similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil. A Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Salvador, 18 de janeiro de 2013

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda
CRC - 2SP 000164/O-4- "F" BA

Ruti Amaral Ramos
Contadora
CRC - 1RJ nº 048.044/O-8 "S" DF